

AS INTERFACES E OS RESULTADOS DA CONSTRUÇÃO MULTIDISCIPLINAR DO MAPA DA REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE

Bruno Gomes Cunha¹
Júnia Marise Matos de Sousa²
Celso Donizete Locatel³
Edson Magalhães Bastos Junior⁴

RESUMO:

O presente artigo discute a elaboração do mapa da reforma agrária em Sergipe, em termos da sua construção, resultados e suas implicações para o processo de reforma agrária. Para tanto, foram considerados os acampamentos e os assentamentos espacializados em todo o estado. Os acampamentos foram visitados e georreferenciados, dando origem ao mapa dos acampamentos; o mapa já existente dos assentamentos foi atualizado, sendo inseridas as coordenadas geográficas daqueles recentemente criados. Ambos os mapas foram sobrepostos gerando um mapa geral da reforma agrária, possibilitando a visualização e interpretação da questão agrária no estado, no que se refere à demanda e o acesso a terra em Sergipe. O diferencial deste trabalho se constituiu na formação de uma equipe multidisciplinar de pesquisa, composta por técnicos do INCRA SR 23/SE (engenheiro agrônomo, sociólogo e geógrafo) e pesquisadores da UFS/NPGeo (economista doméstica e geógrafo), contribuindo para a compreensão global das diversas nuances observada neste processo. Os resultados proporcionaram não apenas um instrumento geográfico para compreensão da reforma agrária no estado, mas possibilitou ainda a análise da territorialização da demanda por terra e suas particularidades. Destaca-se que, apesar de esta pesquisa não possuir um caráter fiscalizatório, em diversos momentos do trabalho de campo, foram vivenciados conflitos e pressões dos movimentos sociais. Além da atualização do cadastro de acampamentos, as informações obtidas contribuíram para o aperfeiçoamento do planejamento operacional das vistorias e, conseqüentemente, maior esclarecimento em relação à demanda real por terra e maior compreensão da dinâmica e espacialização da questão agrária e reforma agrária em Sergipe.

¹ Engenheiro Agrônomo/Perito Federal Agrário (INCRA SR 23/SE). Mestrando em Solos e Nutrição de Plantas, Universidade Federal de Viçosa (UFV). bruno.cunha@aju.incra.gov.br.

² Economista Doméstico. Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa (PPED/UFV). junia@redeambiente.org.br.

³ Dr. em Geografia. Prof^o Adjunto do Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)- celoennes@hotmail.com

⁴ Geógrafo/Analista de Desenvolvimento Agrário (INCRA SR 23/SE). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. edson.bastos@aju.incra.gov.br

1. Introdução:

Quando se faz referência à questão agrária brasileira, faz-se alusão a uma questão histórica, política e persistente ao longo da história do nosso país (SOUSA, 2009), e que só a partir da década de 1970, presenciou-se as mais profundas transformações no meio rural brasileiro, estimuladas e conjugadas a um largo espectro de modificações pela qual passou a estrutura econômica da sociedade e que teve início em anos anteriores. (GONÇALVES NETO, 1997).

Percebeu-se que o latifúndio se consolidou e se expandiu com a promulgação da Lei de Terras de 1850, pela qual o Estado brasileiro abdicou do senhorio sobre as terras do país e instituiu a propriedade fundiária privada e plena. Como resultado, os trabalhadores livres que vieram a substituir os escravos, como se previu, foram privados da alternativa de ocupar livremente a terra livre, não tendo outra opção que não fosse à do trabalho nas grandes fazendas e/ou nas indústrias (SOUSA, 2009; MARTINS, 1990; MEDEIROS, 2003).

Como conseqüência deste processo, verificou-se o início da concentração fundiária e da exclusão dos trabalhadores, que desde então começaram a se organizar e manifestar a sua resistência ao sistema vigente. Neste contexto surgiram os primeiros debates/embates sobre a necessidade da reforma agrária, tendo como destaque inicialmente, o discurso de Carlos Prestes na Constituinte de 1946 (STÉDILE, 2005); a criação e atuação das Ligas Camponesas, no período de 1950-60 (OLIVEIRA, 2005); a fundação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, em 1963 (MEDEIROS, 2001); e a defesa da reforma agrária feita, no “Comício das Reformas”, pelo presidente João Goulart, no ano de 1964 (STÉDILE, 1997).

Posteriormente, surgem diversos outros movimentos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1984) e do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (MEDEIROS, 2003).

Como resposta estatal, em 1962, a Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA é criada, e no mesmo ano, é regulamentado o direito a organização sindical. No ano subsequente é aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que estende aos trabalhadores do campo alguns dos direitos concedidos aos trabalhadores urbanos. E no ano de 1964, é aprovado o Estatuto da Terra (novembro de 1964, oito meses após o Golpe Militar). (MEDEIROS, 2003).

Essa ditadura de 20 anos no Brasil representou, segundo autores com Stédile (1997), Medeiros (2003) e Oliveira (2001), o amordaçamento da discussão sobre a questão agrária e a reforma agrária no Brasil que foi reaparecer com a construção do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, com base Estatuto da Terra, com objetivo de mudar a estrutura fundiária do país, distribuir e redistribuir a terra, eliminando, progressivamente o latifúndio e o minifúndio. Posteriormente, somente em 2006, é lançado o II PNRA, em virtude da grande pressão dos movimentos sociais.

Em Sergipe, a história da reforma agrária se inicia antes mesmo da política de assentamentos, registrada em 1985, ocasião em que se inicia o I PNRA. Ao se considerar a reforma agrária como sendo a distribuição de terras, é importante destacar que, segundo Silva (1995), as reivindicações dos trabalhadores por terra foram parcialmente atendidas através de diferentes iniciativas, resultando na implantação de 74 colônias e 6 perímetros irrigados. E que, de acordo com Silva e Lopes (1996), a luta pela terra e as ocupações foram motivadas e intensificadas pela divulgação do I PNRA, aliadas à expansão do capitalismo na região, na concentração fundiária, a falta de terra para trabalhar e os efeitos da seca.

Segundo Sousa (2009), num panorama geral da reforma agrária em Sergipe, verificou-se, 169 assentamentos rurais implantados, beneficiando 8.109 famílias, numa área total de 142.174 hectares, sob a gestão da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA SR 23/SE. E, segundo dados atualizados do INCRA, havia, neste mesmo período, 174 acampamentos registrados, perfazendo com 6927 acampados “sem terra” (INCRA, 2009).

Diante deste quadro, infere-se que esta autarquia tem uma difícil missão, já que é responsável pela obtenção de terras, implantação e o desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (PAs), além do gerenciamento e regularização do sistema fundiário sergipano.

Mas, conforme Marques (2007), a inserção de uma visão ampliada de Reforma Agrária na agenda das políticas públicas tem requerido o aperfeiçoamento dos instrumentos de análise e de gestão. E no tocante à reforma agrária, o conhecimento e entendimento da territorialização e dinâmica dos acampamentos e assentamentos no espaço é de fundamental importância para a promoção e direcionamento das ações públicas, especialmente, no âmbito do INCRA.

Essa importância pode ser exemplificada no conhecimento das demandas por terras, momento que o INCRA assume o controle e planeja o processo de reforma agrária, evitando o que Lopes e Silva (1996) comentam:

É inquestionável que as desapropriações aconteceram, em Sergipe, muito mais pela pressão e luta do que pela ação do INCRA. Aliás, ao se anteciparem ao INCRA ou criarem situações que obrigaram o órgão a acelerar os seus trabalhos de vistoria das áreas e formalização dos processos de desapropriação, os trabalhadores rurais exerceram na prática a função de sujeitos do processo de reforma agrária. Em outras palavras, fizeram com que o INCRA seguisse a reboque do processo de luta pela efetivação da reforma agrária. (SILVA e LOPES, 1996, p.101).

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e discutir as interfaces, os resultados e as implicações da construção multidisciplinar do mapa da reforma agrária em Sergipe, gerado a partir de uma parceria do INCRA com a Universidade Federal de Sergipe – UFS.

2. Procedimentos Metodológicos

Inicialmente, a proposta de se obter uma visão global da realidade, através da elaboração do mapa da reforma agrária foi apresentada ao INCRA SR 23/SE, por meio de reuniões técnicas. Diante do aceno positivo, formalizou-se Termo de Parceria entre o INCRA e o Núcleo de Pós Graduação em Geografia - NPGEO/UFS, já que ambas tinham, aparentemente, interesses comuns no desenvolvimento destes produtos.

Assim, no que se referem aos acampamentos, estes foram visitados, tiveram a sua localização pontual (coordenadas geográficas) registrada para construção do mapa de localização dos mesmos; analisou-se a situação do imóvel pleiteado pelos acampados; registrando-se ainda, o número de famílias existente no acampamento; além de observações e aproximação da realidade com relação às estratégias de sobrevivência nos acampamentos.

Quanto aos assentamentos, estes já tinham a sua localização determinada, sendo que o mapa foi elaborado a partir da representação real dos projetos de assentamento, ou seja, através da conformação do perímetro ou da área identificada em campo em etapas de trabalho anteriores realizadas pelos técnicos de levantamento do INCRA.

As coordenadas geográficas foram submetidas a tratamento cartográfico, sendo que, nesta etapa os dados cadastrados em campo foram sistematizados em um Banco de Dados Geográficos em ambiente de Sistemas de Informações Geográficas, com a integração de informações alfa-numéricas e espaciais, possibilitando não apenas a sua visualização, mas identificando também a sua espacialização, aliando o número de famílias acampadas e assentadas, gerando o Mapa dos Assentamentos; Mapa dos Acampamentos, e depois de sobrepostos, o Mapa da Reforma Agrária em Sergipe.

3. Resultados e Discussões

*** Cadastramento de Acampados**

Com relação ao cadastro de acampados da Ouvidoria, foram vivenciados conflitos com o INCRA SR 23/SE e os movimentos sociais, durante a realização desta etapa da pesquisa, e que, em determinado momento, provocou a sua suspensão temporária, culminando na não retomada da pesquisa como programada. Desta forma foi possível perceber que as relações de poder vivenciadas na reforma agrária em Sergipe são tão fortes que interferiram até na realização de uma pesquisa.

Verificou-se nos acampamentos que o processo de cadastramento ou registro do demandatário de terra no órgão responsável pela reforma agrária, normalmente é efetuado pelos militantes responsáveis por cada acampamento e movimentos sociais envolvidos. Assim, o acampado confia ao referido portador, os documentos pessoais originais e/ou cópias, para que se efetue o registro na Ouvidoria Agrária do INCRA, sem que haja um comprovante ou processo mais rigoroso de acompanhamento, uma vez que se trata de documentos pessoais, bem como do referido registro ou protocolo deste cadastro.

Assim, ao visitar acampamentos munidos da Lista de Cadastrados fornecida e em posse do técnico da Ouvidoria Agrária do INCRA, pode-se perceber que havia sérias incoerências quanto à atualização deste cadastro, a exemplo da presença de funcionários públicos; pessoas que não mais se encontravam naquele acampamento, mas permaneciam no cadastro; pessoas que já constavam no cadastro, mas que não era conhecida pelos demais; pessoas que já haviam falecido e mesmo assim permaneciam cadastrados.

Por outro lado, verificou-se ainda que pessoas que relataram estar acampadas desde o início do acampamento, que contaram toda a trajetória de luta daquele grupo, tomadas por surpresa, não constavam como cadastradas na lista daquele acampamento. Ou seja, se hoje fosse concedida a terra, certamente aquele não cadastrado teria problemas a enfrentar. Estes são alguns dos casos polêmicos verificados, e que são assim considerados não pela presença ou ausência de pessoas no cadastro, mas pelos desdobramentos desta questão, a exemplo da distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS que são entregues periodicamente a estes acampamentos. Ou seja, se a entrega da cesta é feita com base nestes dados, bem como a demanda por terra é pautada na entrega da cesta, não há como ter um dado coerente e preciso quanto ao número de famílias acampadas. Da mesma forma, as cestas podem ser distribuídas em número maior do que a demanda e, em alguns casos, tornar-se moeda de troca política.

Um questionamento então surgiu: Como as pessoas que não estão cadastradas informaram que recebem a cesta básica, já que precisam assinar a lista? Como resposta para a questão, verificou-se, a partir de depoimentos, que nem sempre era necessário assinar a lista, pois militantes ou outros o faziam e, assim, justificavam a existência de pessoas que não existiam, na maioria das vezes no acampamento, da mesma forma que garantia àquelas que não estavam cadastradas, o recebimento da mesma.

Diante dos questionamentos, a maioria dos acampados temia dar as informações. Entretanto, manifestando o desejo de modificar esta realidade, concediam os seus depoimentos, como estes a seguir:

Foi a maior briga aqui dentro por causa dessa cesta que Raimunda e Carlinho veio aqui “coisar” com a gente por causa dessa lista aí da merenda. [...] que nós tínhamos um pessoal certo aqui, aí ela chegou aqui dizendo que a lista não era aquela que nós mandamos, não. Foram lá na Secretaria de Estância, vieram aqui buscar a lista. [...] disseram que tava errada a lista que nós fizemos porque nós botamos 43 famílias, vieram e desmancharam a lista que a gente usou, foi ela que botou os outros lá de novo, colocaram as famílias, de novo. Estes nomes que o Senhor está vendo aí, foi ela que botou lá. Porque não foram nós não. (...) Nunca apareceram aqui. Só vem aqui quando a merenda vem pra nós. Quando a merenda está aqui escondida é que vem [...]. (ACAMPADO 18).

Tem casal que está escrito na lista, mas um recebia a cesta, ele não. E o nome de Solange? Ele não chamou. E Solange está acampada aqui. [...] ela tem seis anos acampada com a gente e não está cadastrada. [...]

Ela recebeu cesta. [...] ela assinava no nome de outra pessoa. (ACAMPADO 19).

Sobre estas situações apresentadas, o técnico do INCRA recomendou ao acampados que:

É o seguinte, vocês vão ter que fazer uma Ata, Qual o dia que vocês vão reunir todos juntos? Faz essa Ata, com o nome dela, incluindo ela com a xerox da identidade dela e o CPF e todo mundo assina a Ata, as 31 famílias que está aqui e bota o CPF e a identidade no lado da assinatura ou com o dedão ou escrevendo. E manda lá para a Ouvidoria, o mais rápido possível. Na hora que a cesta chegar quem tem que assinar é ele. O pessoal vai, a direção vai lá na casa dele e manda ele assinar ou botar o dedo. (TÉCNICO 01).

Diante destas evidências de desvio de cestas, vários acampados se manifestaram dizendo:

Se fosse logo, cortava o nome de um bocado, colocava logo na cadeia. (...) Acho que devia cortar a cesta dessas pessoas e só dar as que estão acampadas. (ACAMPADO 20).

Acho errado. Se pudesse matava. Nós debaixo da lona e neguinho na casa no colchão e nós arriscado de uma cobra morder nós como mordeu uma menina aqui e foi para o hospital. Mordeu em dois lugares. (ACAMPADO 21).

Questionado por um membro da equipe a respeito do (des)conhecimento dos requisitos para se cadastrar e receber a cesta de alimento, os acampados responderam em coro que *“por aqui não, nunca falaram isso não”*. (ACAMPADOS).

Outro fato curioso surgiu no diálogo com os acampados, onde os mesmos denunciaram manutenção de privilégios concedidos pelo INCRA a líderes dos acampamentos. Nesse sentido um acampado afirma que:

E Raimunda? O nome dela tá na lista. Ela fica só viajando pros cursos. Aqui ela não tira as normas. Ela só tem a barraca no acampamento e pronto. Quer dizer que ela está a serviço do movimento. Ela pega a cesta, e pega duas cestas. E por quê? Pergunte a Ouvidoria. Já ouviu dizer que a vida é do mais esperto. Ela disse que foi o INCRA que disse que ela tinha direito a duas. (ACAMPADO 22).

Por fim, contaram sobre o destino das sobras da cesta, firmando que

O que sobrava levava para a ocupação tal, vamos levar para não sei aonde e acabou. (ACAMPADO 23).

Quando vem cesta demais, vinha buscar diziam que era para levar para um acampamento, nem sei de onde, que ninguém sabia aonde era esse acampamento que tinha. Só sei que a cesta sumia do quarto da merenda. (ACAMPADO 24).

A partir destas observações de campo, foi elaborado um Relatório Prévio das Atividades de Pesquisa (SOUSA, 2008), que foi entregue ao INCRA, em que constavam tais exposições apresentadas. A partir deste momento, houve uma série de problemas para a continuidade da pesquisa, bem como a pesquisadora foi “convidada” pelo INCRA para que fossem dados esclarecimentos aos movimentos sociais. Ou seja, se os movimentos sociais, especificamente o MST, exerceram pressão sobre o INCRA, nada mais conveniente que “intimar” a pesquisadora a dar esclarecimentos sobre os questionamentos sobre a checagem do número de acampados constante nas listas dos acampamentos, que estavam sendo realizada por ocasião das visitas.

Ainda que houvesse, em acordo previamente estabelecido entre INCRA e o NPGEU/UFES, um técnico responsável da Ouvidoria Agrária para fazer esta averiguação e confirmação da lista, acompanhando a pesquisadora nos acampamentos, aos movimentos sociais pareceu obra da pesquisa. E diante do fato de que, aqueles que não tivessem sido identificados no acampamento de acordo com a lista, possivelmente seriam excluídos da lista (e conseqüentemente, diminuiria o número de cestas básicas), a situação tornou-se delicada, movendo assim a pressão do MST, principalmente, junto ao INCRA.

Assim, após a entrega do Relatório em questão, as viagens para a pesquisa foram suspensas e, por “solicitação” da Ouvidoria Agrária, os movimentos sociais foram convidados para participar de uma reunião no Auditório do INCRA, juntamente com a pesquisadora do NPGEU/UFES, para que maiores esclarecimentos fossem dados a respeito. Estavam presente nesta reunião, representantes da Cáritas, FETASE, MLC e MST (principal movimento), além de integrantes do INCRA.

Apesar da tensão visível, durante a reunião, novamente foram explicados os motivos da visita da pesquisa, bem como seus objetivos, reafirmando assim que a pesquisa não possuía nenhum poder em relação a mudanças no cadastro, o que somente o INCRA poderia fazê-lo. O INCRA, por sua vez, afirmou aos movimentos que não haveria cortes (ainda que tivessem sido verificadas as incoerências relatadas) de imediato, e que as situações seriam estudadas.

Na oportunidade, foi discutida a questão dos aposentados cadastrados, que com base na prioridade, os filhos seriam mais adequado constarem no cadastro. Reafirmaram-se ainda os critérios eliminatórios, colocando a importância de estarem acampados aqueles que de fato poderiam vir a ser beneficiários da reforma agrária.

Após esta reunião, apesar de se retornar a campo junto com os técnicos do INCRA, a lista de presença não mais foi concedida para checagem dos acampados pela Ouvidoria. Além disso, a partir de então, em cada acampamento em que a equipe chegava para fazer apenas o georreferenciamento do acampamento, caracterização da realidade e conversas com os acampados sobre o imóvel demandado, havia um monitoramento, por parte dos militantes, tão bem articulado que, mesmo nos acampamentos de mais difícil acesso, aqueles acampados já estavam a espera, já estavam sabendo sobre a chegada da equipe. Neste sentido, dois desdobramentos surgiram: aumento do número de pessoas nos acampamentos (para garantir a existência e presença de todos no acampamento) e a restrição quanto às informações solicitadas. Alguns acampados se sentiram intimidados e apresentaram medo em fornecer informações.

Por fim, ao se preparar para adentrar na principal região do estado, o Alto Sertão, concentradora de acampamentos e assentados, a pesquisa foi suspensa sob alegação de problemas burocráticos e operacionais, sendo o georreferenciamento feito posteriormente por equipe própria da Ouvidoria Agrária.

Assim, o relato da situação vivenciada nesta etapa da pesquisa teve por objetivo ilustrar de que forma que a relação é estreita entre o INCRA e o MST, ao ponto de tornar invisíveis questões tão sérias como às apresentadas. Se em algum momento há dúvidas da sociedade com relação aos beneficiários de terra, certamente estes fatos contribuem para tal.

Compreende-se que desta forma, os mandatários de terra em Sergipe, organizados na luta em acampamentos, são, em sua maioria, potenciais beneficiários da reforma agrária. Entretanto, não se pode omitir a existência daqueles que apenas engrossam a massa e formam números da demanda por terra, ainda que, legalmente, não possam ser beneficiários da reforma agrária.

* Situação dos Imóveis Demandados

Outro objetivo da pesquisa e, de especial interesse do INCRA, foi a identificação e análise situacional, inicialmente, *in loco*, dos imóveis demandados pelos acampados.

Percebeu-se durante a pesquisa que um dos principais problemas enfrentados pela Divisão de Obtenção de Terras do INCRA era não possuir uma demanda própria de vistorias, fiscalizando apenas as demandas apresentadas pelos movimentos sociais, já que não tinha informações para contra-argumentar os pedidos dessas vistorias. Essa situação é corroborada por Sousa (2009), ao comentar que ao longo do período de estudo da reforma agrária em Sergipe, o INCRA atuou apenas como “apagador de incêndios”, tentando controlar os focos de tensões, sem nenhum planejamento nas suas fiscalizações, mas apenas vistoriando aquelas áreas já ocupadas, literalmente, e depois, com a proibição das ocupações, a partir de 2001, aqueles imóveis que possuíam acampamentos instalados.

E como fator complicador, essas demandas eram apresentadas de forma imprecisa e sem nenhum balizador para se tomar decisões técnicas, tais como área real do imóvel, cobertura vegetal, nome do proprietário, (in)viabilidade técnica-ambiental aparente, dentre outros aspectos.

Como consequência, o envio de equipes de fiscalização para imóveis altamente produtivos, de pequena área e não desapropriáveis não era incomum, onerando a união com procedimentos sem resultados práticos.

Diante da possibilidade de se conhecer melhor os acampamentos e os imóveis demandados, essa Divisão do INCRA disponibilizou um técnico cuja responsabilidade era a de coletar tais informações primordiais para a abertura do procedimento administrativo, além de conhecer a real demanda dos acampados, podendo priorizar algumas áreas para fiscalizações, em detrimento de outras que necessitavam apenas de acompanhamento administrativo.

Assim, após visitar os 101 acampamentos, já que conforme explicado, a equipe de pesquisa foi retirada do trabalho de campo, foi gerado um relatório de atividades (CUNHA, 2008), apresentando a fase que cada imóvel demandado se encontrava (sem vistoria com/sem processo; já vistoriado, com/sem decreto; já avaliado; *sub júdice*, etc), com as informações para a abertura do processo administrativo, quando o caso, e o nível de prioridade de fiscalização.

Diante dessas informações, houve o desarquivamento de inúmeros processos administrativos que estavam parados por falta de pequenas informações. Como

exemplo, cita-se o acampamento Karitá, em São Cristovão, e o acampamento Paulo Freire, em Pacatuba, ambos vinculados a Federação dos Trabalhadores Rurais de Sergipe – FETASE, onde se tratava de agricultores posseiros que viviam mansamente no imóvel há bastante tempo, necessitando apenas de pedido de usucapião destas áreas.

Mas do mesmo modo que a lista de acampados gerou conflitos do INCRA com o movimento social, houve grandes conflitos com os militantes que se viram prejudicados e com receio de perder o domínio e o controle dos acampados, já que os acampados tinham naquele momento da visita, um servidor do INCRA a disposição para tirar dúvidas e prestar esclarecimentos sobre o processo de reforma agrária e, principalmente, sobre a situação do acampamento e do imóvel demandado.

Deste modo, quebrava-se a figura do intermediador, que levava as informações do INCRA, e que muitas vezes, conforme se percebeu pelos depoimentos dos acampados, omitia informações sobre o processo, como forma de manter os acampados mobilizados.

* O Mapa dos Acampamentos

A partir dos dados analíticos do mapa, percebe-se que a maior concentração de famílias acampadas e acampamentos estão no território do Alto Sertão, sendo acompanhado, logo em seguida, pelo território Centro Sul. Ressalta-se que, nesta análise, foi observada a divisão espacial utilizada pelo INCRA (Alto Sertão, Centro Sul, Sertão Ocidental, Baixo São Francisco e Vale do Cotinguiba), similar aos territórios propostos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA.

Infere-se que apesar da região do Alto Sertão possuir os maiores valores de número de famílias e acampamentos, o território Centro Sul consegue ter a maior média de acampados por acampamento, ou seja, acampamentos maiores.

Assim, quanto ao número de famílias acampadas, o Alto Sertão é a principal região, seguida pelo Centro Sul, logo depois a região do Sertão Ocidental, Baixo São Francisco, o Vale do Cotinguiba e por último a região Agreste. Com relação ao número de acampamentos, essa ordem se altera (Alto Sertão, Centro Sul, Vale do Cotinguiba, Sertão Ocidental, Baixo São Francisco e Agreste).

Ao se analisar a distribuição dos movimentos sociais no estado de Sergipe, a partir destes territórios, percebe-se o domínio de um movimento social, sendo por vezes

exclusivo em determinado território, como se pode verificar na Tabela 1. Como se poder observar boa parte dos acampamentos (158) do estado de Sergipe são coordenados pelo MST. Este valor absoluto oscila de 02 (Agreste) a 68 (Alto Sertão).

No âmbito estadual, percebe-se uma tendência esmagadora da presença de acampamentos coordenados pelo MST, com índice muito próximo ao apresentado por Lopes (2007). Ao comparar esses dados da pesquisa, com o do referido autor, que analisa dados de 2005, chama-se a atenção para a diminuição da participação da Cáritas, na coordenação dos acampamentos, com uma redução de 3,1% para 0,57%, além do surgimento de acampamentos sem nenhuma ligação com movimentos sociais.

Tabela 1: Distribuição dos acampamentos segundo o movimento social.

REGIÕES	MOVIMENTO SOCIAL					Total
	MST	FETASE	MLC	Cáritas	Outros	
Sertão	68	0	0	0	0	68
Agreste	02	0	0	0	0	02
Baixo S. Franscisco	11	0	04	01	03	19
Centro-Sul	44	01	0	0	01	46
Sertão Ocidental	22	02	0	0	0	24
Vale do Cotinguiba	11	04	0	0	01	16
Sergipe	158	07	04	01	05	175

Percebe-se que alguns movimentos têm atuação apenas em determinado território, a exemplo do MLC e a Cáritas, que atuam especificamente no território do Baixo São Francisco. E como consequência, é neste território que há a coexistência de mais movimentos sociais coordenando acampamentos.

Lopes (2003) cita que antes do MST criar base entre os trabalhadores rurais sergipanos, em 1988, as áreas de atuação dos movimentos sociais no campo sergipano eram bem definidos, nos municípios do Sertão e do Baixo São Francisco, sob influência direta da Diocese de Propriá/Cáritas, e o norte do estado e a região sul, sob orientação da FETASE.

Percebe-se que, na região do Baixo São Francisco, neste momento, a Cáritas possui apenas um acampamento no estado, e o MLC, dissidência do MST, conta com apenas 04 acampamentos em Propriá e, exceto pelos acampamentos formados pelas associações (in)formais (03), os demais acampamentos (11) são coordenados pelo MST.

Segundo Lopes *et al* (1999, p.167), “a Diocese de Propriá foi, por muitos anos, o único mediador respeitado e temido pelas autoridades públicas e latifundiários de Sergipe”. Daí observar a evolução do MST no estado de Sergipe, atuando hoje, de forma hegemônica. Além disso, é interessante observar que, exceto no território do Sertão Ocidental, a variável Outros esteve presente nos demais territórios do estado de Sergipe. Esta variável é constituída daqueles acampamentos que não se autodenominaram pertencer a nenhum movimento social, frente ao INCRA, estando organizados em associações (in)formais.

A sistematização da distribuição das famílias acampadas nas diferentes regiões sergipanas é apresentada na Tabela 2, sendo que a partir destes dados, infere-se que o MST coordena a maioria das famílias nas regiões e no estado de Sergipe, sendo as regiões do Alto Sertão e Centro Sul, onde está concentrada o maior número de famílias acampadas.

Tabela 2: Número de famílias acampadas nas regiões de Sergipe segundo o movimento social.

REGIÕES	MOVIMENTO SOCIAL					Total
	MST	FETASE	MLC	Cáritas	Outros	
Sertão	2275	0	0	0	0	2275
Agreste	289	0	0	0	0	289
Baixo S. Francisco	316	0	80	167	63	626
Centro-Sul	2102	28	0	0	54	2184
Sertão Ocidental	655	46	0	0	0	701
Vale do Cotinguiba	697	148	0	0	7	852
Sergipe	6334	222	80	167	124	6927

Fazendo-se uma análise conjunta das Tabelas, percebe-se que, no estado de Sergipe, embora a Cáritas seja o movimentos social que coordena o menor número de acampamentos, é o MLC que coordena o menor número de famílias. Na região Centro Sul, o número de acampamentos coordenados pela FETASE e por Outros é similar, mas o número de famílias coordenadas pela FETASE é menor. Há uma tendência do MST coordenar o maior número de acampamentos e famílias acampadas em Sergipe. Apesar do MLC, na região do Baixo São Francisco possuir o segundo maior número de acampamentos, ele possui o menor número de famílias acampadas.

É importante ressaltar que este mapa possui um caráter dinâmico, podendo sofrer alterações desde a migração a extinção de acampamentos. Diante dos relatos apresentados pelos acampados, verificou que um acampamento pode ser extinto não apenas por se transformarem em pré-assentamentos ou assentamentos, mas por diversos motivos que fazem parte das estratégias de luta e organização dos movimentos sociais envolvidos. Como exemplo, pode-se ser citado à junção com outro acampamento, a depender da necessidade de fortalecimento da luta e pressão próximo a outros imóveis.

Considera-se que para a migração, os motivos também são diversos, a exemplo da improbabilidade de desapropriação do imóvel pleiteado, das ameaças de proprietários ou mesmo da descoberta de outros imóveis com maiores chances de desapropriação. Desta forma, foi comum durante a visita aos acampamentos verificar tais fenômenos apresentados.

Confrontando os dados históricos apresentados por Silva (1995) e Silva e Lopes (1996), com as análises apresentadas sobre a luta atual pela terra em Sergipe, percebeu-se que, se esta iniciou nas regiões do Baixo São Francisco (Santana dos Frades/Pacatuba) e Sertão (Barra da Onça/Poço Redondo), não esquecendo da Usina Santa Clara, em Capela, e a partir da década de 1990, houve uma tendência de direcionamento das lutas nas áreas do Sertão e Centro Sul.

Se atualmente os acampamentos se concentram nos territórios do Alto Sertão e Centro Sul, Lopes (2003) já apontava esta tendência, ao argumentar que, em virtude de divergências políticas e de estratégias para a luta com relação a Diocese de Propriá, o MST optou por avançar sobre as regiões sul e norte do estado, realizando todo um trabalho de convencimento e arregimentação de trabalhadores rurais para realizarem novas ocupações, ampliando consideravelmente as ações de luta pela terra em Sergipe.

* O Mapa dos Assentamentos

Nesta terceira etapa, para elaboração do mapa dos assentamentos não houve a necessidade da equipe multidisciplinar percorrer os Projetos de Assentamentos, já que todos tiveram seu perímetro já aferido pelo INCRA, seja na época da vistoria seja no processo de demarcação definitiva dos lotes.

Assim, partindo-se para a análise do mapa, fica evidente a grande concentração de assentamentos na região do Alto Sertão e no Baixo São Francisco, apesar das condições geoambientais não favorecerem a agricultura.

Para Silva e Lopes (1996), a explicação pode ter as seguintes vertentes: de um lado, são regiões com alta densidade de latifúndios e fazendas de criação extensiva de gado, habitadas por milhares de trabalhadores rurais e camponeses pobres; de outro, concentram sindicatos atuantes de trabalhadores rurais e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Eclesial de Base (MEB) e a Diocese de Propriá, que apóia as lutas do campo.

Além disso, segundo Sá (2003), o Sertão sergipano é relatado como sendo de grande importância histórica por trazer fragmentos de memória do cangaço brasileiro, já que foi na Grota do Angico (Poço Redondo) que Lampião e seu bando foi morto pela volante comandada pelo Tenente João Bezerra, em 1938.

Historicamente, o Sertão é o berço de disputas políticas, a exemplo da relata por Sá:

Em 1993, Manoel Dionísio da Cruz, militante sindical e ex presidente da Central única dos Trabalhadores de Sergipe (CUT), descendente da família Félix (Júlio e Manoel Félix da Cruz), coiteiros históricos de Lampião e seu bando, busca, junto com outros companheiros como Raimundo E. Cavalcante, resgatar a rebeldia cangaceira contra o coronelismo do início do século XX, como cimento ideológico em torno da reforma agrária no município de Poço Redondo. Nesta perspectiva, vale registrar que também outros movimentos de rebeldia camponesa são veiculados no discurso das lideranças da esquerda local, como a existência de quilombos na Serra da Guia e a passagem de Antônio Conselheiro pelo Povoado Curralinho, na tentativa de criar uma tradição revolucionária na região. (SÁ, 2003, p. 38).

Este mesmo autor ressalta a importância do atual prefeito de Poço Redondo, o Padre Enoque de Salvador, como sendo uma liderança surgida no contexto da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Baixo São Francisco, nos anos de 1970 e 1980, destacando-se na luta pela conquista da terra dos índios Xocós (Porto da Folha), na ocupação de Santana dos Frades (Pacatuba) e da Fazenda Barra da Onça (Poço Redondo).

Por fim, Sousa (2009) acredita que a constante atuação do INCRA e, conseqüentemente, criação de PAs, nesta região do Alto Sertão, deveu-se a pressões

políticas e, principalmente, as sociais, devido aos conflitos entre os sem terras (MST) e os proprietários dos imóveis

Assim, convém citar que a atuação do MST em Sergipe é destacada no Sertão, concentrando o maior número de famílias acampadas e assentadas. Há exemplos de candidaturas de lideranças do MST a eleições municipais de vereadores, a exemplo de relatos do PA Cuyabá (Canindé do São Francisco) e vice-prefeito, sendo que, em Poço Redondo, o vice-prefeito atual é um militante do MST.

Ressalta-se ainda que, segundo INCRA *apud* Sousa (2009), em fevereiro de 2008, foi celebrado um Convênio, que contou com um investimento de mais de R\$ 53 milhões, estabelecendo a aquisição de médios e pequenos imóveis rurais pelo governo estadual, na região do Alto Sertão, para a criação de colônias agrícolas posteriormente reconhecidas e transformadas em assentamentos geridos pelo INCRA, através do processo de compra (com pagamento em dinheiro), sob alegação de desapropriação por utilidade pública, reforçando ainda mais, essa concentração de assentamentos.

4. Conclusões

A elaboração do mapa da reforma agrária em Sergipe possibilitou o melhor entendimento das nuances envolvidas neste processo, evidenciando as relações delicadas entre o INCRA (União) e os movimentos sociais (MST, principalmente) em Sergipe, culminando na pré-confecção de um mapa “sem cabeça”, já que o trabalho da equipe multidisciplinar, em campo, foi interrompido, justamente no momento que se deslocava-se para a principal região concentradora de acampamentos e assentamentos (Sertão). Esse trabalho foi complementado às pressas por outra equipe do INCRA, que simplesmente coletou as coordenadas geográficas, “esquecendo-se” das outras atividades concernentes a equipe multidisciplinar.

Mas não há como negar que, apesar das intempéries, a formalização deste Termo de Parceria, trouxe preciosas ferramentas para análise deste processo, a exemplo da atualização do cadastro de acampados e a criação de protocolos para cadastro/mudanças neste sistema. Além disso, remete-se a perfeita visualização dos principais focos de tensão social e concentração de acampamentos, bem como na melhor compreensão das demandas elencadas pelos movimentos sociais, já possibilitando uma maior qualificação desta demanda social, com a possibilidade de construção de uma demanda

própria, com base nas informações coletadas em campo, otimizando as fiscalizações e, por conseguinte, os recursos alocados para a realização de tais atividades.

5. Referências Bibliográficas

GONCALVES NETO, Wenceslau . **Estado e agricultura no Brasil:** politica agricola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. Sao Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA.
Ouvidoria Agrária: Sistema de Demandas da Ouvidoria Agrária Regional de Sergipe.
[S.l: s.n]. 2009.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005,
Scientia Plena, vol. 3, num 1, p. 6-17. 2007.

_____. História dos Movimentos Sociais no Campo em Sergipe:
Uma Abordagem Preliminar. **Candeeiro**, ano VI, v. 9 e 10, p. 63-75, 2003.

_____. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRS:CPDA, 1999, p. 197-232.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra.** São Paulo: HUCITEC. 1990. 157p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de . **Reforma agrária no Brasil.** História e atualidade da luta pela terra. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, v. 1, 2003. 104 p. (Coleção Brasil Urgente).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo.** 13 ed., São Paulo: Contexto, 2005. 128p. (Coleção Repensando a Geografia).

SÁ, Antonio Fernando de Araújo. Fragmentos de memórias do cangaço no sertão nordestino. In: SILVA, T. M. da & LOPES, E. S. A. (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre o**

semi-árido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas. Aracaju: FAPESE, 2003. p. 23-44.

SILVA, Rosemiro Magno da. **Assentamentos de pequenos produtores rurais em Sergipe:** 1945-1992. Aracaju: SAGRI, 1995. 66p.

_____ ; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe.** Aracaju: EDUFS, 1996. 176p

SOUSA, Júnia Marise Matos de. **Do acampamento ao assentamento:** um estudo da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. 2009. 384f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristovão. 2009.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular. 2005. 304 p.

_____. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo. Atual, 1997. 71p.